

A literatura e a possibilidade da crítica. Derrida, McCartney, Sakharov e Arrow entre a guerra e a paz

André Rangel Rios¹

Resumo

O engajamento de Derrida com a “literatura” é discutido, levando-se em conta sua formação acadêmica francófona e o contexto intelectual francês do anos 1960-70, assim como é explicitado seu antagonismo para com o individualismo metodológico da Teoria da escolha social e da Teoria do jogo. Nesse contexto, é colocado ainda o debate sobre a censura segundo o New Censorship Movement, assim como a questão da possibilidade da literatura em uma sociedade de controle.

Palavras-chave: Literatura. Pensamento francês. Individualismo metodológico. Teoria da escolha social. Censura.

Abstract

The strong commitment of Derrida to the “literature” is debated, taking into account his academic education as well as the French intellectual context of the 1960-70. It is also brought to light his antagonism towards the methodological individualism of the Theory of social choice and the Game theory. Finally, the debate about de New Censorship Movement and the possibility of literature in the context of the control society is put forward.

Keywords: Literature. French thought. Methodological individualism. Theory of social choice. Censorship

*Posso muito bem imaginar que alguém, cada vez que vá abrir a porta de sua casa, duvida se não se abriu um abismo atrás dela e disso se certifica, antes de atravessá-la (e pode acontecer que uma vez tenha razão) – mas por isso, em caso idêntico, não vou duvidar. (Wittgenstein. *Investigações Filosóficas* n. 84)*

Bastaria enumerar os comentários de Derrida sobre textos literários diversos: poemas, romances, contos e fábulas para evidenciar o quanto sua obra é relevante para o estudo da literatura. Há também seu estilo, assim como suas narrativas com teor autobiográfico, ainda que ele negue saber contar uma história. Qual critério tão severo de literatura não usava ele para julgar sua própria performance literária? Seja como for, em sua prolífica obra, há que se reconhecer, ainda não surgiu nenhum livro de contos ou um

¹André Rangel Rios é médico (FCM-RJ), doutor em Filosofia (Freie Universität Berlin) e professor associado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ), publicou, entre outros livros, *Celebridade intelectual e pensamento crítico* (2005) e *O ato de publicação* (2007). E-mail: andre.rios35@gmail.com.

romance, tampouco – e nisso afastando-se de Heidegger – ele arriscou um livro com poemas.

Talvez sua maior contribuição para os estudos literários tenha sido mesmo o conjunto inicial de escritos que propuseram a *différance*, isso que não é nem palavra nem conceito. Não se trata apenas de uma palavra, que, supostamente, poderia ser explicada por um sinônimo ou uma breve definição, mas, sim, de um, por assim dizer, evento de pensamento que remete a um fluxo metaforológico: traço, suplemento, *phármakon*, hímen, jogo, iterabilidade, disseminação, indecidibilidade, escrita, aporia, *khora*.

Esse fluxo polissemiógênico parece ter caído em terra fértil no circuito universitário americano da Teoria Literária e do feminismo, fecundado, a meu ver, pela opção curricular, nos anos 1950 e 1960 de lecionar a estratégia de leitura entendida como o “close reading” do *New Criticism*, o que, por sua vez, remete a T. S. Eliot – que, pelo que sei, Derrida nunca citou. Curiosamente, há em Eliot – em uma poesia (e já de seu período anglo-católico) – alguns versos que, em muito, parecem se referir à *différance* e seus efeitos desveladores da instabilidade das palavras:

...Words strain,
Crack and sometimes break, under the burden,
Under the tension, slip, slide, perish,
Decay with imprecision, Will not stay in place,
Will not stay still...²

Com quem Derrida se ocupa com frequência e pertinácia ao longo de sua vida é com um outro expoente do Alto Modernismo: James Joyce. De fato, estilo complexo, com variações de gênero, referências clássicas numerosas são algumas características do Alto Modernismo na obra de Derrida. Há muito mais, é claro, em um autor como Joyce: mais línguas, mais referências a artes populares, narrativas, poesias. No entanto, há também em Derrida, com a ênfase na complexidade referencial classicista europeia, um forte traço do elitismo do Alto Modernista, no caso, a aposta em ser um elitismo da elite, um elitismo dentro do próprio jogo eruditista da elite, que, nessa contorção topológica, pode também ser entendido como uma crítica ao elitismo que, em certa medida, havia como que se vulgarizado ao tornar-se acessível a uma agora numerosa burguesia aculturada. No caso

² Eliot, T. S. *The Four Quartets*. “Burnt Norton”, <http://www.davidgorman.com/4Quartets/1-norton.htm> .

da França a, por assim dizer, elite cultural – em grande parte (tal como o próprio Derrida) oriunda da École Normal Supérieure (ENS) e de seus círculos de influência –, capaz de se entreter com livros filosóficos nada óbvios, deveu seu treino cultural, primeiramente, à escola pública francesa, que recebeu, é claro, o apoio do governo devido a vários projetos hegemônicos para promover a coesão nacional e a adequada formação da burocracia estatal, mas também para educar uma camada dirigente nas colônias em ligação e dependência com a metrópole, inclusive chegando a ter a possibilidade de ascensão social e de conquista de cargos e empregos. Assim, há vários intelectuais que, por razões diversas, vieram das colônias e, é claro, com diferente bagagem cultural e fortunas familiares. O projeto colonial francês, o que não surpreende, não resultou na formação em larga escala de cidadãos europeizados nas colônias, mas não foi estéril, sobretudo se consideramos a Argélia, para a qual havia o projeto de que fosse integrada bem mais intimamente ao Hexágono (a Argélia, de 1957 até 1962, como parte da França, fazia parte da Comunidade Europeia). Conforme é bem narrado por Baring, Derrida, tendo cursado o liceu em Argel, estava tão apto a ingressar na ENS quanto seus colegas parisienses³. Derrida, superando vários percalços (inclusive sua exclusão, enquanto judeu, da escola em 1941-1943) conseguiu ascender por meio do sistema educacional colonial, ou soube tirar dele o que lhe parecia mais favorável, vindo a prosseguir seus estudos na melhor instituição de ensino oferecida na metrópole. O ingresso na ENS indica, portanto, que ele era tão versado em filosofia e literatura quanto os demais companheiros franceses continentais em sua turma preparatória para o concurso de ingresso na ENS em Paris.

Não é meu propósito discutir o que tenha sido o colonialismo, nem mesmo, mais especificamente, o colonialismo francês. Somente estou deixando claro que o sistema de ensino francês, incluindo o de formação de um intelectual voltado para o que o próprio sistema estabelecia e consagrava como sendo filosofia e literatura, é parte de um amplo projeto nacional de promoção de coesão cívica e de hegemonia global. Ainda que não necessariamente aceitando integralmente o que a burocracia promovia e financiava, os e as intelectuais partiam de algum grau de aceitação do que haviam aprendido em seu

³ “When the time came for Derrida too to apply to study in France, he simply submitted his file to the Lycée Louis-le-Grand in Paris; administratively his case was no different of that of any other student from France. French Algeria may have been a colonial fiction, but it was a fiction with considerable power and left its imprint upon Derrida as it did upon many others.” Baring, Edward. *The Young Derrida and French Philosophy, 1945-1968*. Cambridge: Cambridge U. P., 2011: 32.

processo de formação, buscando e, por que não?, conseguindo constituir posicionamentos críticos que não eram apenas para consumo interno de uma elite autoindulgente, mas que levavam a que vozes contestadoras nas colônias, tanto francesas quanto alhures, recebessem essas ideias e as reelaborassem segundo sua situação. Daí, por exemplo, o cultivo com categorias teóricas europeias de críticas quanto ao eurocentrismo em geral, e as aguerridas discussões sobre a Guerra da Argélia: controvérsia bélico-política que, em seu período formativo, atingia pessoalmente Derrida – argelino por nascimento e francófono em casa e na escola⁴ – e sua família, que lá residia já há algumas gerações, tendo recebido a nacionalidade francesa em 1870⁵.

Derrida se desenvolveu como pensador em um contexto que praticava a filosofia a partir de extensa discussão sobre o que se entendia como história da filosofia, buscando lidar com as questões tidas então como filosóficas juntamente com outros saberes e práticas culturais, com particular ênfase para literatura, sociologia, antropologia e psicanálise⁶. História das ciências e questões metodológicas sobre a pesquisa histórica tinham relevância especial. A epistemologia também era bem representada, destacando-se Bachelard e Canguilhem. No entanto, o conhecimento sobre economia clássica era usualmente escasso. Somente na década de 1970, Rossanvalon, próximo ao grupo de pesquisa de Foucault, surgirá como um intelectual relevante quanto aos aspectos, por assim dizer, mais técnicos da economia. O seminário de Foucault, de 1977, *Nascimento da biopolítica*⁷, no qual se pode observar que somente é apresentado um resumo narrativo, sem aprofundamento ou crítica mais elaborada do pensamento econômico norte-americano e suas propostas antikeynesianas enquanto medidas amplamente adotadas pela Casa Branca e pelo FED, ou seja, por um lado, as três aulas mais diretamente dedicadas ao liberalismo norte-americano são uma boa apresentação geral (aparentemente fortemente baseada em literatura secundária, principalmente no livro de Lapage⁸), por

⁴ Ainda que sua relação com a língua francesa, que é sua única língua, mas que, ao mesmo, tempo não seria a dele, ver: Derrida, J. *Le monolingüisme de l'autre*. Paris: Galilée, 1996. E recentemente, mais especificamente sobre este livro, ver: Rapaport, Herman. *Later Derrida. Reading the recent work*. New York: Routledge, 2003, cap. 2.

⁵ Os judeus argelinos receberam a nacionalidade francesa em 1870 com o Décret Crémieux (Adolphe Crémieux era tio-avô de Proust). A cidadania francesa foi retirada do judeus argelinos durante a Segunda Guerra pelo governo da Argélia Francesa, subordinada à Vichy.

⁶ Sobre o desenvolvimento intelectual de Derrida, ver: Baring.

⁷ Foucault, M. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

⁸ O livro de Lapage foi bastante lido na época, expondo de modo competente e atrativo o pensamento econômico nos EUA no pós-Segunda Guerra, habilmente livrando os leitores do incômodo das equações e gráficos econométricos, o que resultou em um livro informativo ao mesmo tempo que ideologicamente

outro, deixa que se perceba que muito do conhecimento de Foucault sobre a história econômica foi incrementado por aquele período ou, de toda a forma, mal exercitado (Foucault expõe as propostas de Becker recorrendo a conceitos como externalidade, que Becker não usa em seus próprios textos), o que permite que se entenda que essas três aulas são, num balanço final, um testemunho da desatenção crônica e do conhecimento superficial da economia, o que é, porém, uma característica dessa geração, nutrida e educada nos *trente glorieuses*, sofisticadamente erudita nos mais diversos assuntos e idiomas que não fossem a matemática e gráficos básicos da “dismal science”⁹, assim como seus concomitantes saberes na universidade americana, tais como as behavioral sciences, a social choice theory e a game theory. Embora, assim me parece, o mais estranho seja que Foucault apresente Gary Becker, um economista libertário (no sentido norte-americano de “libertarianism”), que desenvolve suas propostas em grande parte nos anos 1960 quando, no campo político, ou seja, enquanto ideologia político-partidária, o libertarianismo veio à cena estridentemente com a candidatura presidencial de Barry Goldwater, em 1964, que, em nome do estado mínimo, era contrário ao Civil Rights Act (opondo-se com seu voto no senado às leis antissegregação) e ao Great Society (indo, portanto, contra o Medicare e Medicaid), defendia o conservadorismo religioso e sustentava um discurso perigosamente belicoso, que propunha mais gastos militares. Em outras palavras, Goldwater personificava, na década de 1960, a realização do ideário liberalista. Foucault, como que mesmerizado pela radicalidade teórica das propostas econômicas desse liberalismo, assim como pela criatividade dos trabalhos em torno do engenhoso conceito de capital humano, trouxe para o debate, assepticamente, praticamente apenas a face acadêmica e idealista do liberalismo (digamos, em alusão a Hayek, a face “utópica”: Hayek queria se contrapor à força mobilizadora das utopias de esquerda, entendendo que o liberalismo também deveria ser proposto como uma utopia militante). Mas Foucault, sem dúvida, conhecia a versão ideológico-política, moralista e armamentista de Goldwater, que é a face real do liberalismo norte-americano, que chegou

militante.

⁹Segundo Gallois: “Postwar theorists tended to have little education in economics” (p. 51), o que se associava ao não aprofundamento da compreensão do capitalismo em geral e, mais especificamente, do próprio modelo de capitalismo na França, sobre o que ele afirma se tratar de “a broader failing of the academy to seriously advance understanding of capitalism in the postwar period” (p. 52) – Gallois, W. *Against capitalism? French Theory and Economics after 1945*, in: Bourq, J. *After the Deluge: New Perspectives on the Intellectual and Cultural History of Postwar France*. Oxford: Lexington Books, 2004: 49-72.

à presidência dos EUA em 1981 na pessoa de Ronald Reagan, eloquente aliado na campanha de 1964¹⁰.

Sem me deter na até há pouco usual, ainda que, por vezes, nebulosa e mesmo contraditória divisão entre filosofia analítica e filosofia continental, já vemos aqui algumas divergências – ou *différends* – no *modus operandi* dessas duas linhas filosóficas supostamente antagônicas. Por um lado, haveria a filosofia francesa, recorrendo a uma história de discussões que, vinda dos gregos, teria experienciado algum aprendizado tanto pelo desenvolvimento de um elenco de questões libertadoras de preconceitos, possibilitando avanços, quanto por ignorar temas originários que, em seu esquecimento ou recalque, seguiriam condicionando um declínio desde o quase epifânico erguimento nas elucubrações pré-socráticas. Por outro, o pensamento anglo-saxão, mais voltado para questões atuais, deixando a história para os historiadores, recorrendo à lógica e buscando matematizar as questões sociais. Para os anglo-saxões, um texto de Derrida seria claramente um *nonsense* pretensioso que, tal, aliás, como Heidegger, recorreria a etimologias duvidosas, se ocuparia em dissecar textos pretéritos que apenas distorceriam a compreensão das questões atuais ao entendê-las em função do que já cessou de ser uma formulação válida dos problemas, praticando apenas uma exegese textual, que, ainda que fosse um trabalho histórico válido, meramente turvaria o que presentemente interessa, além de, espantosamente, acrescentarem ao debate a interpretação de textos literários, ou seja, de algo ainda mais descontrolado argumentativamente para que se possa realmente chegar a compreender problemas contemporâneos que requerem, afinal, soluções racionais¹¹. Já o pensamento francês veria – formulo um exemplo hipotético – um

¹⁰ As propostas econômicas de Reagan em 1964 seriam basicamente as mesmas de sua campanha em 1980, reforçada, porém, na retórica religiosa.

¹¹ De fato, há que se mencionar que Searle, que se mostra indisposto frente ao pensamento continental (aparentemente entendido por ele como uma tradição separada), considera o diálogo com Derrida difícil, não somente porque, segundo Searle, “Derrida has a distressing penchant for saying things that are obviously false”, mas, mais especificamente, por Derrida não ter compreendido Austin, o que teria resultado em a leitura de Austin por Derrida ser um não-acontecimento (...“thus the confrontation never quite takes place.”). Por sua vez, Derrida considera que há como que um entretecimento dos dois campos aparentemente opostos; o entretecimento seria tal que Derrida chega a argumentar que ele próprio também seria um dos autores do texto anti-Derrida sob o copyright de Searle: “What a complicated signature! And one that becomes even more complex when the debt includes my old friend, H. Dreyfys, with whom I myself have worked, discussed, exchanged ideas, so that if it is indeed through him that the Searles have “read” me, “understood” me, and “replied” to me, then I, too, can claim a stake in the “action” or “obligation”, the stocks and bonds, of his holding company, the Copyright Trust. And it is true that I have occasionally had the feeling – to which I shall return – of having almost “dictated” this reply. “I” therefore feel obliged to claim my share of the copyright of the *Reply*”. J. Derrida. *Limited Inc.* Evanston (Illinois): Northwestern University Press, 1988: 31.

influente texto, de Armatya Sen, *The Impossibility of a Paretian Liberal*, de 1970, como uma discussão social alienada dos pressupostos históricos, apelando para um matematicismo confuso, vindo a tentar oferecer mais clareza ao expor uma anedota literariamente tosca (enfim, apesar do culto ao matematismo, a literatura e suas metáforas aparecem como incontornáveis) sobre uma sociedade imaginária composta por dois indivíduos atomizados e sócio historicamente descontextualizados, Mr. 1 e Mr. 2, que têm suas preferências (supostamente sem nenhuma sombra do inconsciente freudiano, mas com uma aparente, mas nunca reconhecida em suas consequências, culpa quanto à sexualidade) sobre quem deve ou não ler *Lady Chatterley's Lover*, de D. H. Lawrence: tudo isso para apresentar o paradoxo de que o Princípio de Pareto não seria, afinal, aplicável a essa escolha social. Para quem foi treinado a pensar ao modo francês, exatamente o mais importante, o conteúdo narrativo do livro e o contexto em que se daria a leitura, teria sido deixado de lado.

Para William Gallois, a quase totalidade dos que foram apropriados na universidade americana com a French Theory¹² – para os quais a teoria se referia, de fato, em grande parte, à própria teoria –, de modo que, se pode dizer, a teoria vinha antes das análises dos fenômenos sociais e econômicos, num contexto em que esses intelectuais e os políticos convergiam na apreciação do capitalismo francês como sendo algo como uma “terceira via”, o que os manteve, durante os *trente glorieuses*, em uma precavida distância – ainda que compartilhando também de um sentimento de grandeza devido a essa superioridade social e intelectual –, tanto das propostas econômicas socializantes da USSR, quanto do trabalho intelectual e aplicado dos economistas no USA¹³. De fato, o

¹² Ele destaca Lyotard (e, até certo ponto, Bourdieu) como exceção, pois Lyotard teria, desde os anos 1960, comentado especificamente as vicissitudes do capitalismo francês (Gallois *passim*); no entanto, também na obra de Lyotard não se observa uma preocupação específica em debater com o pensamento econômico norte-americano que, já desde, por exemplo, Robbins e Milton Friedmann passando por Van Neuman e outros sobretudo em Chicago, foi diligentemente elaborado nas décadas de 1950 e 1960, juntamente com os trabalhos referentes ao capital humano de Schultz e Becker, contribuindo vigorosamente para o lastro teórico, retórico e técnico que possibilitou a virada neoliberal do final dos anos 1970 e início dos 1980 (Jacob Mincer teria sido o primeiro a usar o termo “human capital” em: J Mincer. Investment in Human Capital and Personal Income Distribution. *Journal of Political Economy*. vol. 66, n. 4, Aug., 1958: 281-302).

¹³ Nas palavras de Gallois: “The Cold War posed a difficult problem for French theorists since there was an instinctive reluctance to be seen to be too close to the orbit of either the Soviet Union (with its political repression neutering its value as a direct opponent of capitalism) or the United States (with its repressive foreign policy and crassly seductive culture, as well as its notionally laissez-faire capitalist economy). In the face of such a choice, French theory conceived of itself as operating in an other position [...], analogous to de Gaulle’s “third way” between capitalism and socialism.” Quanto a essa opção comum de uma “terceira via”, Gallois ainda acrescenta: “A shared sense of “grandeur” accompanied these cultural and political positions.” (Gallois: 52).

núcleo duro do pensamento político-econômico norte-americano só foi levado em conta entre os pós-modernos franceses, ainda que apenas superficialmente, no referido seminário de Foucault *Nascimento da biopolítica*, que ele não preparou, e a rigor não autorizou, para publicação.¹⁴

Nos anos 1960, acompanhando uma nova geração que chega à maturidade, há uma erupção de publicações, sobretudo nos anos 1966, 1967 e 1968, que continua pelos anos 1970, mostrando uma criatividade exuberante até como que se consumir nas próprias críticas na medida em que a década se aproximava do fim. Vários filósofos e escritores desse período (além daqueles que, concomitantemente, eram escritores e filósofos) contribuíram para a vanguardista revista crítico-literária *Tel Quel*, liderada por Philippe Sollers. Literatura e filosofia andavam juntas. Foucault, como crítico literário, era um entusiasta dessa vanguarda literária até sua virada mais explicitamente política pós-1968. Foi em 1965 que Derrida publicou pela primeira vez na *Tel Quel*, e não foi um texto sobre um filósofo, mas sim sobre Artaud: “La parole soufflée”. Foi também atendendo a um convite¹⁵, em 1969, do Groupe d’études théoriques, fundado pela *Tel Quel*, que Derrida, apresentou, sem o anúncio de qualquer título para o evento, os textos publicados como “La Double Séance” na coletânea *La dissémination*, de 1972, em duas seções de leitura que podem ser entendidas como performances teatrais, em que ele, baseando-se em indicações do que seria para Mallarmé *Le Livre*, além de dispor o palco com um abajur, o que, pelo menos em parte, confirmava sua conferência como um ato teatral.

Em *La dissémination*, o texto que dá nome ao livro é um comentário de Derrida sobre o romance de Sollers, *Nombres*. Filosofia e literatura se mesclam num processo de fusão e de dissolução recíproco. Para Derrida:

...os antigos fantasmas chamados como o autor, o leitor, o diretor, o cenógrafo, o maquinista, o ator, o espectador etc. não têm um lugar próprio, único, fixo (palco, alas, casas etc.) atribuídos a eles, exceto na representação que eles fazem disso para eles próprios do que um relato precisa ser dado.¹⁶

¹⁴ Os cursos póstumos de Foucault no Collège de France foram publicados por decisão dos executores testamentários.

¹⁵ Um relato mais detalhado dessa performance encontra-se em Hill, Leslie. *The Cambridge Introduction to Jacques Derrida*. Cambridge: Cambridge U. P., 2007: 33 e sgs.

¹⁶ Derrida, J. *Dissemination*. Chicago: The University of Chicago Press, 1981: 328 (todas as traduções desse artigo são minhas).

As hierarquias narrativas teriam sido desconstruídas no romance, e a subjetividade esvaziada de uma verdade profunda. É nos múltiplos reflexos representativos de uns para com os outros, na alteridade das interações linguísticas, que se dá a narrativa literária. Derrida, com *Glas*, de certo modo, radicalizou a proposta de *Nombres*, produzindo um livro (de filosofia?) com múltiplas vozes. (Nesse contexto entorno da *Tel Quel*, em que o experimentalismo literário e filosófico está em destaque, assim como um discurso político apoiado em questões sócio-históricas fortemente referidas a grandes nomes da história do pensamento europeu, tais como Kant, Hegel, Marx, Nietzsche ou Marx, há que se reconhecer que seria surpreendente que, naquela época, alguém desse grupo alguma vez considerasse aceitável o ideal de uma sociedade fosse atingir, para seus cidadãos, a Pareto Optimality dos adeptos anglo-saxões da Teoria do jogo.)

Até a publicação de *Positions*, em 1972, Derrida buscou manter sua voz pessoal enquanto voz narrativa de elementos autobiográficos em silêncio. Durante os anos 1970, porém, passou a conceder mais e mais entrevistas, além de passar a narrar em seus textos as circunstâncias dos convites ou a ocasião da leitura do texto publicado, vindo a escrever nos anos 1990 uma narrativa autobiográfica¹⁷. Já 1990, aceitou redigir um relato de sua visita à União Soviética e apresentá-lo na University of California (Irwin), logo a seguir, ou seja, ainda no calor dos acontecimentos. De fato, em *Moscou aller-retour*, Derrida volta a afirmar que não sabe escrever narrativas e, parecendo querer provar essa assertiva definitivamente, se esquivava de relatar suas impressões pessoais para comentar longamente o gênero “relato de viagem à União Soviética”: além do livro de Gide – cuja análise eu diria ser a mais importante de *Moscou aller-retour* por ser o exemplo mais autoritativo –, ele se detém, por várias páginas, em *Le meurtre du petit père*, de R. Etiemble, linguista e escritor, importante no desenvolvimento da literatura comparada¹⁸. Uma das características desse gênero peculiar é o de que os viajantes parecem nem tanto viajar à URSS, mas expor, ou adaptar, ideias que já teriam antes de chegar lá; de certo modo, a URSS já teria sido vivenciada antes de se chegar lá, de modo que nunca se poderia chegar

¹⁷ Sobre a transformação midiática de Derrida, ver: RIOS, A. R. A construção de Derrida como *celebrity*, in: Rios, A. R. *Celebridade intelectual e pensamento crítico*. <http://www.andrerangelrios.net/CelebridadeIntelectual.pdf>: 27- 40.

¹⁸ Por que é omitido desse elenco *L'invitation*, de Claude Simon, que talvez contrarie algumas características que Derrida destaca no referido gênero, é uma pergunta válida, mas que não tenho como responder aqui.

lá realmente – seria uma difícil viagem que, com sucesso, exatamente desfaria a viagem, doutrinariamente.

Dito de outro modo, como todos aqueles que então haviam feito essa ida-e-volta [ida e volta da URSS], Gide não deixa seu país [a França], ele não sai *de seu estar em casa* [*de chez lui*] para ir à URSS, como se vai a um país estrangeiro, para um país distante ou excêntrico, para depois retornar *para estar em casa* [*chez soi*] e contar as novidades do “lugar distante” [*là-bas*]. Não, Gide vai *para estar em casa* [*chez lui*], sua viagem, o ir de sua viagem, é já um retorno (*back home*) para isso que deveria ser um “estar em casa” ou melhor para um lugar, a URSS, que é “mais que uma pátria de escolha: um exemplo, um guia” [último trecho entre aspas é uma citação do livro de Gide feita por Derrida]. O “lugar distante” é o futuro do “aqui” absoluto para o qual esse vai nessa viagem.¹⁹ [grifos de Derrida; os texto entre colchetes são meus]

Ou seja, em seu próprio relato dos relatos, Derrida não chega a ir para esse tal “lugar distante”, o que ele faz de diferente é expor a principal regra do gênero: viajar não viajando, tal como se Gide tivesse ido e voltado da União Soviética sem sequer se levantar de sua poltrona em Paris. Até se pode considerar que sua análise metadiscursiva do gênero é uma transgressão, o que, porém, não leva a que a narrativa de Derrida seja mais um relato do estar na URSS que a de Gide; antes, diria que, com Gide, se vai mais à URSS do que com Derrida.

Há, porém uma peculiaridade no relato de Derrida de sua ida-volta da USRR. Leslie Hill, ao apresentar as posições de Derrida quanto à literatura, recorre sempre apenas a nomes reconhecidos como sendo, no ensino francês, parte da literatura tida como estabelecida: Mallarmé, Joyce, Kafka, Bataille, Baudelaire e, é claro, Blanchot. No caso, Derrida tem Gide como seu principal interlocutor. Ainda que se leve em conta que o livro de Hill é uma obra introdutória e, portanto, resumida, fica a impressão de que a interação da escrita de Derrida com a escrita literária se dá mesmo é através de textos de autores consagrados, passando ao largo do pop. No entanto, em *Moscou aller-retour*, Derrida nos narra uma vivência intelectual íntima que põe o *pop* dentro de sua cabeça: “E, portanto, eu não pude não pensar nos Beatles no momento em que deixava Moscou, quando passei sem problemas pela alfândega do aeroporto”.²⁰

Derrida, na verdade, estava se lembrando do triste episódio em Praga, em 1980, quando a polícia tchecoslovaca encenou uma apreensão de drogas, levando Derrida para

¹⁹ Derrida, J. *Moscou aller-retour*. Paris: Éditions de l’Aube, 1995: 64.

²⁰ Derrida. *loc. cit.*: 27.

o presídio e pondo-o diante de um kafkesco processo jurídico²¹. (De certo modo, Derrida, ao se deslocar fisicamente à Moscou, ficou lá resolvendo o trauma de Praga.) No entanto, o que por ora nos interessa é que os Beatles estavam tocando dentro de sua cabeça (...*on my mind*... estaria ele silenciosamente cantarolando). Sei que os Beatles já eram em 1990 um clássico do rock, não sendo, por isso, talvez o melhor exemplo de presença do *pop* em um texto de Derrida; no entanto, trata-se *quand même* de rock'n'roll – de “Roll over Beethoven”. De toda forma, Derrida busca contextualizar a canção dos Beatles, chegando a mencionar que haveria nela “a citação de uma melodia californiana dos Beach Boys” (p. 27). Provavelmente é um dos momentos em que Derrida alcança mais profundamente as entranhas do *pop*: Beach Boys!²² Voltarei mais abaixo a esta citação dos Beach Boys. Há também outras citações que Derrida prefere deixar de lado (além de outras que, por brevidade, eu deixarei de lado): “Back in the USSR” é também uma paródia de “Back in the USA”, de Chuck Berry, além de conter uma retumbante citação da canção “Georgia on my mind”, de 1930, tornada célebre por Ray Charles em 1960 e cantada a seguir por inúmeros artistas (e que se tornou hino do estado norte-americano de Geórgia em 1979). Embora Derrida fique intrigado com a preposição do título “Back *in* the USSR” que difere da do título do relato de Gide, “Back *from* the USSR”, ele não se propõe a interpretá-la tão longamente quanto o faz com o escritor Gide e o comparatista e escritor Etiemble. Os Beatles, no caso dessa música, Paul McCartney, letrista e compositor, nunca havia estado

²¹ Ver: Peeters, B. *Derrida*. Paris: Flammarion, 2010: 410-421.

²² É interessante o comentário de Rapaport, em *The later Derrida* (Abingdon: Routledge, 2002), sobre o livro de Trinh Minh-ha, *Woman, Native, Other: Writing Postcoloniality and Feminism* (Indiana University Press, 2009), em que ele mostra procedimentos, que seriam, em muitos aspectos alheios à desconstrução, mas que, mobilizando leituras amplas e bem diversas das que Derrida usualmente fazia, chega a resultados que, curiosamente, são, de certo modo, similares: “...it is because of this apparent clash between their critical practices that I would like to ask whether a book like *Woman, Native, Other* reveals a destiny of deconstruction other than the one Derrida may have had in mind. That is, I am wondering if Trinh’s book reveals a destiny that breaks with a law of critical conflict, the difference, precisely, between what is and is not deconstruction.” Trinh vai, de fato, muito além dessa fronteira, ou desse destino, que Derrida traçou para si e que aqui, surpreendentemente, foi ampliado até incluir, ainda que brevemente, os Beach Boys: “Readers of Trinh Minh-ha and Jacques Derrida might agree that they make an odd couple. After all, Trinh’s work is not shy about appropriating metaphysical modes of thinking in what might seem to be a relatively uncritical and enthusiastic manner. Her melodramatic effusions, wholesale identifications with exotic culture, and rough-cut appropriations of French Theory are hardly the stuff of which deconstruction is made. However much she situates herself between cultures, Trinh’s eclecticism of bricolage looks at first glance as if it is based on the assumption that mixing up Julia Kristeva with Audre Lorde, and Leslie Marmon Silko with Claude Lévi-Strauss, is somehow going to liberate us from the prison house of Eurocentric thinking. Behind Trinh’s cut-and-paste techniques appears to be the assumptions that she is a multicultural subject who can write her way into a brave new epistemology that stands apart from and exceeds what Lorde has called “the master’s house.” This, of course, would be a direct challenge to Derrida who, like Heidegger, has dedicated himself to dismantling the house of Being with the tools of metaphysics.” (Rapaport. loc. cit., p. 2-3)

na União Soviética, mas escreve “de volta à URSS” e não “da USSR”, ou seja, ele não vai à URSS para fazer uma viagem já imaginada, ele se põe lá, como tendo lá sua morada [na letra: “back home”].

A volta [de Gide] *da* URSS seria, a princípio, um retorno mítico-messiânico à URSS, como um estar em casa, na “pátria de escolha” [entre aspas porque Derrida está citando Gide]: *Back in the USSR*, teriam dito os Beatles.²³ [grifos de Derrida – a tradução e o trecho entre colchetes são meus]

Na verdade, e isso Derrida assinala, os Beatles confundem, ou reúnem, US com USSR [na letra: “back in the US, back in the US, back in the USSR!, o que, assim, reúne duas uniões], além irmanar como gêmeas as duas Geórgias (o país então na URSS e o estado dos USA) [na letra de Paul: “Georgia’s always on my my my my my my my my mind!”]

Eles [os Beatles] não se contentam em pôr em cena uma imagem gemelar ou especular, cada vez mais interessante hoje [em 1990], entre USA e USSR. Eles o fazem inscrevendo na canção deles a citação de uma melodia californiana dos Beach Boys.²⁴ [os textos entre colchetes são meus]

Derrida, que se propusera a ler esse seu relato de viagem à URSS, e de retorno de lá, na Califórnia, se refere aqui ao *hit* dos Beach Boys, *California Girls*, de 1965, em que as garotas dos Estados Unidos são comparadas entre elas, com vantagem para as da costa oeste, apesar de que o cantor reconhece que, quando ele está na costa leste, as garotas lá o “deixam nocauteado” [na letra dos Beach Boys: “they knock me out”]; depois, o cantor afirma já ter estado pelo mundo afora e conhecido todos os tipos de garotas [na letra: “I been all around this big world/ And I seen all kinds of girls”] e que ele quer voltar para os Estados Unidos [na letra: “to get back in the states”] para estar de volta com as garotas mais belas do mundo [na letra: “Back to the cutest girls in the world”]. As palavras dos Beach Boys inseridas na letra de Paul são, portanto: “knock me out”, ou seja, “these Ukraine girls really knock me out”. Sendo que Paul discorda ainda de que as garotas americanas sejam as melhores do mundo, porque, afinal, as ucranianas deixariam as do Ocidente para trás [na letra: “They (these Ukraine girls) leave the West behind”], além de as garotas da Geórgia não lhe saírem da cabeça [na letra: “Georgia’s always on my my my my my my mind!”].

²³ Derrida. loc. cit.: 65.

²⁴ Derrida. loc. cit.: 27.

“Back in the USSR” causou na época descontentamento entre grupos de esquerda, por considerá-la pró-soviética e, evidentemente, nos grupos de direita, por considerá-la pró-soviética. Em especial, o verso: “You don’t know how lucky you are, boy”, poderia ser entendido, pela direita, como: “caro jovem soviético, você não sabe como tem sorte de não ter que ir lutar no Vietnam”. Ou, pela esquerda, como uma afirmação de que na União Soviética se vive melhor, que lá haveria o socialismo bem realizado e não uma ditadura. De fato, grupos políticos - na recorrente exigência de que a literatura e as artes sejam engajadas - nem sempre são dados a entender ironias. “Back in the USSR”, pastiche de outros *hits* tanto na letra quanto nos arranjos, usa o tema das “garotas”, que era até frequente no início dos próprios Beatles (o que faz da música também uma autoparódia), mas que não se esperaria encontrar em um LP que busca sofisticação em letras e arranjos, como foi o *White Album*, e pode ser entendida como desconstruindo a binariedade da guerra fria, exercendo jovialmente a liberdade de expressão, ao transformar a confrontação nuclear, com sua crescente ampliação de mísseis balísticos intercontinentais, em uma competição internacional de conquista sexual de “garotas”. Em um freudianismo rudimentar, se poderia entender que os mísseis são objetos fálicos que buscam submeter o adversário pelo medo enquanto na letra de Paul, que unifica as duas uniões, quem ganha a competição são as “garotas” soviéticas. A USSR deixaria o Ocidente para trás por causa de suas “garotas”, que, por sua vez, seriam o alvo do falo dos roqueiros, que, ainda que gabolas, seriam nocauteados por elas. Nos jogos dos amores juvenis, tal como em uma guerra nuclear, não haveria nem vencedores nem vencidos, nem conquistadores nem conquistados, mas, é claro, o rock’n’roll é muito melhor que o Armageddon termonuclear²⁵.

O que se pode questionar no comentário de Derrida sobre “Back in the USSR” é que o “in” ponha esse título do lado messiânico de Gide, tal como indicado na citação acima. É possível pensar que uma das coisas que aborreceu tanto a esquerda quanto a direita é que a música não se deixa classificar pela binariedade da guerra fria (nem em referência ao bem sortido espectro das esquerdas). “Back in the USSR” é também uma ironia com o messianismo. Para nós de língua portuguesa, esse mundo de “garotas” lindas nos leva imaginariamente à ilha dos amores do Canto IX dos *Lusíadas*, onde os guerreiros

²⁵ Sobre os temores tanto Ocidentais quanto soviéticos a respeito do rock’n’roll, ver: Sheenan, R. J. Liberation and Redemption in 1970s Rock Music, in: Ferguson, N. et al. *The Shock of the Global. The 1970s in perspective*. Cambridge, MS., Harvard U. P., 2010: 294-305.

(cristãos), lá pelos lados do longínquo Oriente, são premiados com uma estada de êxtase (materialista) em uma ilha povoada de “ninfas” – um paraíso mais de formato muçulmano (anticristão), que, embora tão longe, segundo a apreciação de Ezra Pound, de especulações filosóficas, Camões parece desconstruir a binariedade cristianismo-islamismo (ironicamente reintensificada depois de 1990, depois da desconstrução do Muro de Berlim e da binariedade US-USSR). “Back in the USSR” pode ser entendida como exuberantemente jovial, como a visão de um mundo de jovens que se congregam em uma paz surgida do sexo amoroso e do rock’n roll, ignorando irresponsavelmente a guerra fria em seu momento de maximização extrema do arsenal nuclear e desconsiderando responsabilmente as pressões contra a liberdade de expressão (e de diversão). Paul McCartney contribui aqui mais para desconstruir a binariedade da guerra fria do que o grande literato Gide ou o eminente comparatista Etiemble: por que Derrida não se deu conta da ironia ao messianismo que pode ser lida em “Back in the USSR”?

“Back in the USSR” foi composta no Oriente, em Rishikesh (Índia), quando os Beatles foram fazer um curso de Meditação Transcendental com Maharishi Mahesh Yogi, ou seja, em fevereiro de 1968 (aliás, Mike Love, compositor e vocalista dos Beach Boys, também estava nessa mesma trupe que buscava o aperfeiçoamento espiritual). A música foi gravada em agosto de 1968. Em junho de 1968, Sakharov, o construtor da bomba H, num esforço de desconstruir a corrida armamentista com seu incessante incremento do número e potência dos mísseis nucleares, publicou: “Progresso, coexistência e liberdade intelectual”²⁶. Um texto que se inicia em tom sombrio, chamando a atenção do mundo sobre o perigo de uma catastrófica guerra termonuclear, para expor ao final esperanças de um grandioso progresso social e científico.

Nesse documento, Sakharov, com veemência, tanto critica a divisão do mundo à beira de uma guerra termonuclear, que seria um “suicídio universal”, quanto afirma a necessidade da liberdade de expressão. Sakharov propõe um “Plano de cooperação em quatro fases” entre a União Soviética e os Estados Unidos, que os levariam à coexistência pacífica e à cooperação científica, de modo que pudessem resolver até o problema da pobreza no mundo. Na quarta fase desse plano, superada a alienação recíproca da USSR e dos USA e alcançado o desarmamento (o que ocorreria entre os anos de 1972 a 1990), seria possível reduzir as “diferenças na estrutura social, promover a liberdade intelectual,

²⁶ <http://www.sakharov-center.ru/asfconf2009/english/node/20>

a ciência e o progresso econômico, levando à criação de um governo mundial e ao destencionamento das contradições nacionais” (o que ocorreria entre os anos 1980 a 2000). Ele conta que, nesse período, “pode-se esperar um progresso decisivo no campo da energia nuclear, com base tanto no urânio quanto no tório e, provavelmente, no deutério e lítio”. Seria um período, de fato, de imenso progresso (mais do que hoje, quase meio século depois, ousaríamos prever): segundo Sakharov, “durante esse período [ou seja, de 1980 até 2000] a expansão da exploração do espaço requererá que milhares de pessoas trabalhem e vivam continuamente em outros planetas e na Lua, em satélites artificiais e em asteroides, cujas órbitas terão de ter sido alteradas com explosões nucleares”.

Enquanto os Beach Boys cantam as virtudes das “garotas” que eles encontraram pelo mundo afora, e Paul, ironicamente, é arrebatado (“knock me out”) pelas “garotas” soviéticas, Sakharov, com o peso da sobriedade de um cientista atômico, profetiza que, em breve (que seria o que é para nós o já pretérito ano 2000), milhares de pessoas viveriam em outros planetas e na Lua – é como se ele, quando nenhum ser humano ainda havia pisado na Lua, cantasse: “back in the moon”. Se para Paul o que salva o mundo é a conquista de “garotas” com o rock, para Sakharov é a perspectiva da conquista do espaço por meio da energia atômica. Seja como for, é possível reconhecer que há, na letra de Paul, política e, no documento de Sakharov, escrita literária (*science fiction*).

No entanto, Sakharov, que tanto defendia a liberdade de expressão em seu documento, passou a ser cerceado em suas atividades e vigiado em sua vida privada. Seu texto não circulou na época em seu país. Já os Beatles fizeram, a despeito dos descontentes, enorme sucesso com sua música. Evidentemente, no mundo Ocidental, não havia liberdade plena para tudo o que viesse a ser considerado literatura ou arte, mas, sobretudo nos países do Atlântico Norte, a liberdade era relativamente ampla e, no caso dos Beatles, mesmo as ditaduras clientes dos USA usualmente não censuravam significativamente sua difusão.

De fato, as artes e, mais especificamente, a crítica literária e a literatura (que é o nosso tema) se desenvolveram, segundo Derrida, em interação com a liberdade de expressão e com as leis que a elas se relacionam: promovendo a literatura ou limitando-a. Sobre isso, é necessário uma citação longa, retirada do comentário de Derrida ao conto de Kafka “Diante da lei”:

Somente sob as condições da lei a obra tem existência e substância; e ela se torna “literatura” somente em um determinado momento da lei que regula os problemas envolvendo o direito autoral sobre as obras, a identidade dos *corpora*, o valor das assinaturas, a diferença entre criar, produzir e reproduzir, e assim por diante. Falando grosseiramente, a essa lei foi estabelecida na Europa entre o final do século XVII e o início do XIX. Ainda assim, o conceito de literatura a que essas leis se referem permanece vago. As leis positivas aqui se referem também a outras artes e não chegam a esclarecer seus próprios pressupostos conceituais. O que importa aqui é que esses pressupostos obscuros são também uma grande quantidade de “guardiães”, críticos, acadêmicos, teóricos da literatura, escritores e filósofos. Todos eles têm de recorrer a uma lei e aparecer diante dela, tanto para vigiá-la quanto para serem vigiados por ela.²⁷

A literatura, segundo Derrida, surge na época moderna na medida em que a sociedade muda as leis e, ao mesmo tempo, a posição do autor, ou seja, o papel da escrita literária também muda, o que se dá como um processo de alteração e recriação da própria escrita advinda de períodos anteriores. Novamente uma citação longa, do mesmo comentário de Derrida sobre Kafka, se faz necessária:

É necessário pensar *junto*, sem dúvida, uma certa historicidade da lei e uma certa historicidade da literatura. Se falo de “literatura” e não de poesia ou beletrística, é para enfatizar a hipótese de que a especificidade relativamente moderna da literatura enquanto tal retém uma relação próxima e essencial com um período da história legal. Em uma cultura diferente, ou na Europa em um período diferente da história da lei positiva, de legislação explícita ou implícita sobre a propriedade das obras, por exemplo, na Idade Média ou antes, a identidade do texto, sua interação com título, com as assinaturas e com seus limites ou com os de outros textos; todo esse sistema de enquadramento funcionaria de um modo diferente e sob garantias baseadas em condições diferentes.²⁸

A literatura enquanto possibilitada pelas regras que constituem a identidade do texto enquanto literário e das assinaturas que estabelecem a autoria e a propriedade dele seria um fenômeno moderno, embora não totalmente separado do que lhe antecede, pois há que se considerar que tanto as leis, que estabelecem (não necessariamente com clareza) a estrutura jurídica que abre espaço para que a literatura aconteça, quanto a literatura, que acontece nesse espaço juridicamente assegurado e delimitado, se dão em contextos históricos que, sendo históricos, estão em transformação. No entanto, para além do espaço literário que, segundo Derrida, as leis na Europa moderna possibilitaram e estabeleceram, podem haver outras leis visando regular e sufocar o espaço criativo literário. A literatura

²⁷ Derrida, J. *Acts of literature*. London: Routledge, 1992 : 213.

²⁸ Derrida. loc. cit : 214.

se dá quando se assegura juridicamente a liberdade de expressão e o regime de propriedade intelectual, mas a liberdade é sempre uma liberdade limitada e que pode ser usada para que se legisle contra ela. Há muito a ser discutido nos trechos acima citados, sobretudo o que Derrida entende por “lei positiva”. Há um grande debate jurídico no espaço ânglo-saxão, intensificado com a publicação de *The concept of law*, de H. L. A. Hart, em 1961, passando depois pelo Critical Legal Studies (em certa medida, influenciado pela desconstrução), além de outros movimentos de crítica à fundamentação ou à prática do Direito, tal como Law and Economics. Em todo caso, as questões referentes ao positivismo legal eram as de mais destaque, e – apesar da crescente importância de Dworkin – seguem sendo até hoje as mais debatidas. Mesmo em seu texto sobre a questão da lei “Deconstruction and the Possibility of Justice”²⁹, lido em 1989, Derrida não esclarece seu entendimento sobre o positivismo legal. Qual a posição de Derrida frente a esses debates, ainda que uma pergunta importante para a compreensão do que, segundo ele, seja a literatura é, no entanto, um tema que deixo para outra ocasião. Vou me ocupar apenas de uma questão que, vinda do conto de Kafka, se mostra particularmente relevante para Derrida.

Como indica Derrida (e Kafka), em “diante da lei” há sempre guardiães da lei, no caso, mais especificamente, da lei do gênero literário, ou seja, há tanto guardiães jurídicos quanto, paradoxalmente, guardiães literatos ou crítico-literários. Por exemplo, se buscarmos publicar em uma revista acadêmica, estaremos nos engajando em um processo em que guardiães exercem o poder – e teremos também de passar por vários guardiães, “um mais poderoso do que o outro” (“einer mächtiger als der andere” – Kafka)³⁰, até que o artigo seja aceito (ou seja, que nós sejamos aceitos como autores, o que, por sua vez, nos pode dar credenciais para que venhamos a exercer o papel de pareceristas, isto é, guardiães!). E, de fato, colaboradores são várias vezes convocados a submeter artigos por meio do que é divulgado como “chamada de artigos”, assim como, em 2014, indicando como tema o legado de Derrida e a literatura, uma revista da área de estudos literários o fez³¹ (reparar que “chamada” tanto significa convite quanto convocação ou repreensão, além de ser também a “chamada” que se faz na escola para checar quais os alunos

²⁹ Publicado em: Derrida, J. *Force de loi*. Paris: Galilée, 1994.

³⁰ Kafka, F. Vor dem Gesetz: <http://gutenberg.spiegel.de/buch/franz-kafka-erz-161/5> .

³¹ A revista foi publicada em 2015: *Alea: Estudos Neolatinos*, vol. 17, n. 1, Rio de Janeiro, jan./ jun. 2015.

presentes ou para poder, depois, disciplinar os atrasados ou gazeteiros). A “chamada” pode, portanto, ser um ato jurídico (pode reprovar o estudante ausente), mas é também um ato ficcional que torna Derrida presente, vivifica seus textos, além de dar a oportunidade de aumento de prestígio acadêmico para aqueles que escreverem nessa revista que publica um número sobre um autor importante, sobre um filósofo que, segundo a chamada da revista, teria um “legado”. A revista, e isso contribui para que ela própria renove sua legitimação acadêmica, se põe como guardiã do “legado” de Derrida e os que escrevem sobre Derrida devem responder “presente” à chamada, candidatando-se a se perfilar como guardiães desse legado, desse legado que contribui para que sejam, mais uma vez, legitimados, caso o artigo seja aceito pelos guardiães-pareceristas, a serem também guardiães do legado, ou seja, guardiães da autoridade de Derrida³², da autoridade da filosofia e da Teoria Literária, da própria autoridade enquanto professores (que aprovam e reprovam candidatos ao mestrado e ao doutorado), ou mesmo da autoridade enquanto – por se manter renovando a atividade e presteza enquanto guardiães – pareceristas ou editores de outras revistas, que também submetem os artigos a guardiães-pareceristas e que também têm de enfrentar os guardiães subsequentes que avaliam a qualidade da revista (e, portanto, a qualidade dos pareceristas e editores). Mas há ainda outros guardiães: a classificação da revista é usada para classificar e pressionar os pesquisadores, assim como a classificação dos pesquisadores é usada para classificar as instituições onde os pesquisadores trabalham. Depois é a vez das universidades serem classificadas, seja por instituições oficiais seja por jornais e revistas. Sem esquecer que há o público que exerce sua escolha sobre o que ler ou em que curso ingressar. O sistema

³² A referida revista *Alea* não foi publicada, no entanto, somente com artigos brasileiros submetidos, de modo duplo cego, a guardiães brasileiros. Os artigos brasileiros vieram escoltados por reconhecidos comentaristas de Derrida, digamos, por guardiães internacionais do “legado” de Derrida: um deles, no primeiro artigo, Ginette Michaud, comenta os cuidados e as dificuldades na edição do último seminário de Derrida, enfim, ele expõe seus tormentos e felicidades enquanto guardião. Esses guardiães internacionais atingiram tal legitimidade – uma legitimidade altamente legitimizante – por dispositivos diversos, mas que, porém, se entretecem com a cientometria. Assim, eles vêm a fornecer um extra de legitimação aos demais articulistas-guardiães. Evidentemente, legitimação acadêmica não torna a revista estéril e burocrática, mas, de fato, assegura um padrão de qualidade que a torna significativa de como vem ocorrendo a recepção brasileira da obra de Derrida, no caso, dentro do padrão apoiado na instrumentalização desconstrutiva da metafísica contra ela mesma (há que se acreditar que, de algum modo, exista isso: a metafísica) e da literatura canônica modernista; no entanto, a *Alea*, como que por uma subversão pelo literário, inclui comentários, como no artigo de Milena Magalhães (‘Enloquecer o texto da lei: a violência dos traços autobiográficos na literatura brasileira contemporânea’. *Alea*. loc. cit., p. 139-152), que se referem à literatura brasileira contemporânea, como que, ainda que com cauteloso distanciamento, flertando com esse outro destino possível da desconstrução, sugerido por Rapaport ao comentar o livro de Tinh Minh-ha (ver nota acima).

de classificação tem como um dos objetivos gerar público; a princípio, se busca gerar um público dentro do universo acadêmico, que, para que seus próprios artigos sejam positivamente avaliados e, assim, publicados, tem de citar os artigos das demais revistas indexadas. Não vou me deter nessa questão, mas o que se passa é que, se as publicações acadêmicas podem precisar de ter seu caráter de cientificidade reconhecido no âmbito universitário para obter financiamento, também há a via de conseguir um público extra-acadêmico numeroso fazendo com que editoras privadas se interessem em publicar pesquisas, o que pode ser entendido academicamente como algo positivo ou como algo negativo (enquanto uma mera vulgarização populista) – de toda a forma, há, pelas instituições legalmente constituídas para isso, o empenho em classificar o valor das publicações, tanto as das editoras universitárias quanto as das privadas. No conto de Kafka, os guardiães, aparentemente, seriam sucessivos e hierarquicamente mais e mais poderosos, mas, ao publicar, nos vemos diante – e também eventualmente participamos – de uma topologia bem mais complexa de poder.

Para avaliar as publicações (e as instituições de pesquisa, assim como os pesquisadores), se recorre a vários critérios. O que rege tudo é o que passou a se chamar cientometria. A cientometria desenvolveu diversos índices. Os diversos índices que buscam medir o impacto de uma publicação se baseiam em modelos matemáticos desenvolvidos para estabelecer o crescimento de networks, no caso, de networks de citações. Derek John de Solla Price é também denominado “pai da cientometria”: ele desenvolveu o “Price’s model” para calcular o crescimento das redes de citação. O “Price’s model” é, por sua vez, uma generalização do “Simon model”, concebido por Herbert A. Simon. Poderíamos ir desenhando essa network de pesquisadores que, passando pela economia, a psicologia (behaviorista), a análise dos processos de decisão (“decision-making”), teoria do jogo e teoria das escolhas sociais, buscam entender e administrar a sociedade com base em uma visão de mundo que assume como pressuposto fundamental a racionalidade do individualismo autointeressado.

Nessa network de teorias, modelos, cálculos e teoremas, um destaque especial é dado à Rational choice theory ou Social choice theory proposta por Kenneth Arrow em seu livro de 1951 *Social Choice and Individual Values*³³. Arrow, sempre partindo do pressuposto de que a racionalidade da sociedade se deve ao egoísmo de seus indivíduos

³³ Arrow, K. *Social Choice and Individual Values*. New York: Wiley, 1963 – 2ª edição.

(que, portanto, seriam, por sua vez, racionais por serem egoístas), reúne e matematiza decisões éticas, teoria do voto e economia, chegando ao que ficou conhecido como Teorema da impossibilidade ou Paradoxo de Arrow. Trata-se de um desenvolvimento do Paradoxo de Condorcet, que mostra as dificuldades, ou a impossibilidade, de que votações cheguem a decisões que correspondam de um modo satisfatório ao que seria a vontade da maioria. De certo modo, o que fica demonstrado é que a soma de vontades individuais não corresponde ao que seria a vontade apurada pelos votos. Não podemos nos aprofundar nas questões matemáticas aqui envolvidas: de fato, é um livro com enormes consequências para como se avaliar o que significa uma votação e como se dá o processo de decisão, assim como para o desenvolvimento de outros cálculos matemáticos e a invenção de outros paradoxos, tal como o de Amartya Sen, que mencionamos acima. A teoria de Arrow, do mesmo modo que a maioria de seus desenvolvimentos posteriores, indicam vários problemas no processo eleitoral. Várias consequências podem ser tiradas dessas análises: tanto a de que, visto que as votações não cumprem o que é esperado, os burocratas é que devem determinar o que é melhor para a sociedade (enfim, o que a sociedade quer), quanto a de que uma sociedade democrática precisa de vários outros modos de participação e controle social das decisões do governo, para além do processo eleitoral (matematicamente provado como insuficiente para a finalidade para a qual é suposto).

O que nos interessa aqui, porém, é a questão do estilo da escrita e dos interlocutores dessa forma de pensar. Para Derrida, assim como para vários interlocutores seus francófonos, assim como Bataille, Foucault, Lévinas, Lyotard, Blanchot, Lacan e Deleuze, o estilo de escrita é próximo ao literário – diria mesmo próximo ao Alto Modernismo³⁴ – e as questões são discutidas a partir do pertencimento dos indivíduos em uma sociedade que é entendida a partir de sua história e da interação de suas diversas instâncias e instituições. A discussão crítico-literária é presente, acontecendo, até mesmo, de o pensador também ter obras literárias. Essa formação cultural comum foi, basicamente, assegurada pela escola republicana francesa, sendo tanto instrumento de um projeto de dominação quanto uma instituição democrática, possibilitando a socialização

³⁴ Algumas características variam – e essas caracterizações de estilos e épocas literárias são mesmo duvidosas –, mas, por exemplo, Foucault, com seu funcionalismo em *Vigiar e Punir*, assim como a proposição do biopoder na *História da Sexualidade I*, adiciona um toque de paranoia pós-modernista em sua retórica, quando, ao pensar a resistência como participando dos jogos de poder, deixa dúvida quanto à possibilidade de agir fora do poder.

e a profissionalização ampla da população da França continental. Certamente, como Bourdieu mostrou, o sistema educacional, sobretudo instituições como a École Normal Supérieure, contribuíam para que a reprodução das desigualdades sociais seguisse privilegiando os mais favorecidos economicamente, o que, no entanto, não chega a fazer com que o sistema educacional francês fosse implacavelmente antidemocrático. Entre os pensadores que acabei de mencionar algumas leituras foram particularmente importantes: Marx, Freud, Nietzsche e Heidegger. Mas vários outros também poderiam ser mencionados, tal como, para Deleuze, Espinosa. O interessante é que, além da educação em comum, esses intelectuais, sobretudo em seu período formativo, cultivavam laços sociais estreitos, praticando uma forma de networking diferente da americana e hoje bastante démodé, ainda que com inegáveis virtudes.³⁵

Kenneth Arrow e seus interlocutores – inicialmente sobretudo Von Neumann com a teoria do jogo, que depois foi desenvolvida ainda mais pela mente brilhante de John Nash – recorrem a uma forma de argumentar lógico-matemática, pressupondo que os indivíduos são autointeressados e que, desse modo, podem ter suas decisões calculadas. A proposta é pensar a sociedade sem se envolver com ideologias como o marxismo ou com as religiões. O estilo é bem distante do que se pode reconhecer como literário. Não que Arrow seja contra a literatura ou as religiões, mas a escolha por uma religião ou outra, ou por nenhuma, também seria, podemos assim entender, um tipo de escolha social a ser analisada com base no mesmo modelo. É esse indivíduo desideologizado que, sem grandes críticas, Foucault põe em debate no *Nascimento da biopolítica*, analisando, primeiramente, o ordoliberalismo alemão e, a seguir, comentando, sem realmente criticar, alguns economistas norte-americanos, em especial, Gary Becker; comentário que, apesar de ser um evento único entre os seus conterrâneos propalados como pós-modernos ou

³⁵ Baring chama a atenção para uma característica interessante para essa network intelectual francesa, sobretudo nos anos 1950-1960: “The intellectual history of postwar France often resembles village life. Most of the important academic institution – the Sorbonne, the Ecole Normale Supérieure, the Collège de France, the Ecole Pratique des Hautes Etudes, even the cafés where Sartre debated with Camus – sit within the same square mile on the left bank of the Seine. This “village” was not only geographically limited. Names recur with surprising regularity: Bachelard, father and daughter, two Merleau-Ponys, as well as numerous Jolys, Lautmans, Pons and Michauds filling up the promotions at the elite centers for higher learning. The founder of *Tel Quel*, Phillipe Sollers, married the philosopher Julia Kristeva; Jacques Lacan married Georges Bataille’s widow; his daughter married the Lacanian Jacques-Alain Miller. Pierre Bourdieu, Michel Serres, and Jacques Derrida were schoolfriends before were philosophical interlocutors and then rivals. Everyone knew everyone else. Throughout their careers French intellectuals socialized with each other, went on holiday together, attended parties at each other’s homes, corresponded, read the same books, and published in the same journals. Before being a republic of letters, the French intellectual community was a social set.” Baring. loc. cit.: 1.

pós-estruturalistas, mostra uma percepção bastante limitada da extensão e vigor do trabalho intelectual do pensamento econômico ânglo-saxão do pós-guerra³⁶. Foucault parece entender com clareza que, do século XIX para o XX, passamos do panóptico para o dilema do prisioneiro, embora não exponha uma genealogia cuidadosa do contexto em que Becker se insere e que o possibilita.³⁷

Mas qual a formação desse antecessor, e contemporâneo de Gary Becker, Kenneth Arrow? Embora as escolas americanas apoiem e fomentam trajetórias diversas, pode-se dizer que Arrow era, basicamente, um estudante de economia da Universidade de Colúmbia, em Nova York, com o doutorado em economia pela Universidade de Chicago, que serviu na Segunda Guerra no serviço de meteorologia do que seria a aeronáutica. O que é particularmente característico de seu percurso é sua participação na RAND Corporation (RAND significa Research and Development). Embora a RAND Corporation possa ser uma referência frequente em teorias conspiratórias, ela, de fato, é um think tank de reconhecida importância e, desde seu início, contou com vultoso suporte financeiro.³⁸ Inicialmente, a RAND era um instituto de pesquisa da força aérea: seu objetivo era, tal como o Projeto Manhattan, que desenvolveu a bomba atômica, reunir militares e civis em pesquisas sobre a segurança dos USA; depois passou a ser financiada pela Douglas Aircraft Company (que hoje é parte da Boeing); a partir de 1948, desligando-se da Douglas, veio a ser financiada pela Fundação Ford, então presidida por Henry Ford II; posteriormente, recebeu financiamentos mais diversificados, embora, em grande parte, vindos do governo americano, para o qual ela segue prestando diversas consultorias. No período de intensificação da guerra fria nos anos 1950, a RAND Corporation desenvolveu vários conceitos sobre os possíveis cenários de uma guerra atômica, vindo a formular que haveria um “missile gap” desfavorável aos Estados Unidos frente à União Soviética. O “missile gap” foi indicado pelo Gaither Report, de 1957 (H. Gowan Gaither Jr. era presidente do conselho administrativo tanto da RAND quanto da Fundação Ford). Pouco após assumir como secretário de defesa, McNamara (que renunciara à presidência da Ford Motor Company para assumir o cargo) desmentiu o Gaither Report, afirmando que, ao

³⁶ Foucault se refere a Hayek, prêmio Nobel de 1975, mas não a Arrow, prêmio Nobel de 1971, e a outros economistas que, desde o pós-Segunda Guerra, se puseram a desenvolver o que, afinal, é a biopolítica contemporânea.

³⁷ Amadae, S. M. *Rationalizing Capitalist Democracy. The Cold War Origins of Rational Choice Theory*. Chicago: The University of Chicago Press, 2003: 291-298.

³⁸ Sobre a RAND Corporation enquanto instituição de promoção do programa intelectual relacionado à Social choice theory e, em especial, sobre o trabalho de Arrow na RAND, ver: Amadae.

contrário, o *gap* era favorável aos USA. Nesse contexto de insegurança, muitas vezes alimentado pela RAND (que propunha o aumento dos gastos do Pentágono), Von Neumann, um pesquisador também ligado à RAND, baseando-se na teoria do jogo, formulou o conceito de MAD, “mutual assured destruction”. No entanto, um outro colega seu da RAND, Hermann Kahn, escreveu *On the thermonuclear war*, em que defendia que uma guerra nuclear entre USA e USSR poderia ser vencida, ainda que com muitas mortes – daí seu conceito de “megadeath”. Os textos de Kahn foram usados como inspiração para falas pró-guerra de generais no *Dr. Strangelove*, de Kubrick, onde também há referência a um certo instituto BLAND, como paródia de RAND, mas também como um *pun* que lembra GLAND, dado o caráter fálico dos mísseis. Como já vimos, foi contra esse universo masculino de mísseis e busca de ganhos financeiros com uma irresponsável corrida armamentista que Paul “irresponsavelmente” exaltou as “garotas” como a força essencial e unificadora do mundo, redentora do misselcentrismo/ falocentrismo armamentista.

No entanto, a RAND não se preocupava somente com guerras, mísseis e apocalipses em geral, ela militava, com pertinácia, na vida intelectual universitária. Apesar da extensa lista de intelectuais, em especial, com formação ao menos parcial em economia, terem de um modo ou de outro colaborado com a RAND, não é sustentável a concepção paranoica de que ela tenha promovido e regido a aceitação crescente da teoria da escolha racional e da teoria do jogo, que, em suas diversas aplicações, reúne ética, mercado, processos de decisão, votação, demanda por serviços médicos e tantas outras questões vitais para o bem-estar social. Vários campos do saber assumiram a teoria do jogo como essencial ao ensino, como a economia, a psicologia e as Relações Internacionais. A racionalidade do indivíduo egoísta não foi uma invenção da RAND, mas a militância dela foi importante para sua matematização e difusão metodológica, tornando-se assim também uma visão de mundo e, portanto, ponto de partida de várias pesquisas, até quando a matematização não era parte da proposta do projeto, como foi o caso da *Teoria da Justiça*, de Rawls, e de *The Idea of Justice*, de Amartya Sen (nenhum dos dois, que eu saiba, com ligações diretas com a RAND)³⁹.

³⁹ É famoso o seminário que Rawls, Sen e Arrow ofereceram juntos em Harvard em 1968-69 (sobre o trabalho em conjunto deles três, ver: http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economic-sciences/laureates/1998/sen-bio.html; acessado em 16/8/2015).

O que pus como questão até aqui é que, em especial nas décadas de 1950 a 1970, havia uma contraposição entre o que, de um modo vago, poderíamos chamar de “estilo francês” de filosofar (que, em especial, pensava a complexificação histórico-social e linguístico-semântico do sujeito e do desejo, assim como com a “literatura”) e o, por assim dizer, “estilo ânglo-saxão” (que pensava o sujeito como descontextualizado histórico-ideologicamente, buscando pela matematização dessas escolhas atomizadas efetivamente delinear a identidade e as tendências comportamentais, expondo as contradições do desejo). Não que não haja similaridades. Seria interessante buscar analisá-las. Por exemplo, quando, na teoria do jogo, fica claro o quanto o desejo de um sujeito depende do quanto ele consegue ou não prever o que os outros desejarão, vemos o quanto o desejo do sujeito da teoria do jogo é, afinal, o desejo do Outro. Nisso é interessante notar, ainda que somente de passagem, que Lacan, em um de seus textos mais importantes, *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise* (1953), também recorre a um jogo, que é uma espécie de Prisoner’s dilemma. Afinal, no pensamento ânglo-saxão, o panóptico (que, segundo Foucault, é próprio à ordem disciplinar) é ultrapassado pelo modelo do Prisoner’s dilemma, que é o modelo que corresponde à Rational choice theory:

Contrastar o Dilema do prisioneiro com o panóptico mostra que a Teoria da escolha racional idealiza um mundo em desacordo com o dos teóricos modernos da eficiência. Um preso em um panóptico é observado a partir de um centro e está sujeito a medidas punitivas externas para reformar suas ações. O Dilema do prisioneiro não incorpora nenhum esforço hierárquico e unificado para obter resultados eficientes. Em vez disso, ele representa a sociedade como um empreendimento individualista no qual outros agentes são parceiros em um jogo de estratégia para alcançar objetivos individuais.⁴⁰

Sem dúvida, há, na própria universidade americana, várias críticas ao individualismo derivado da Teoria da escolha racional, tal como as teorias comunitárias (que, porém, também não necessariamente seriam infensas a críticas de pensadores de formação francófona). Além disso, o pró-americanismo belicoso de vários pesquisadores

⁴⁰ Amadae, p. 293. Sobre os indivíduos no pensamento econômico recente, ver também: John B. Davis. *Individuals and Identity in Economics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011; sobre o sujeito no pensamento dito continental: Herman Rapaport. *The theory mess: deconstruction in eclipse*. New York: Columbia University Press, 2001, em especial, p. 74-79. Um estudo crítico dessas diversas compreensões do sujeito, de suas convergências e contrastes, seria importante, podendo contribuir para uma melhor compreensão da interseção delas em Foucault, por exemplo, no *Nascimento da biopolítica* (p. 297-364), quando ele discute Gary Becker.

ligados à RAND durante a guerra fria contou com aceitação bastante limitada da intelectualidade acadêmica norte-americana. No entanto, o objetivo da RAND de difundir o liberalismo do indivíduo autointeressado não esmoreceu com o fim da guerra fria. Ao contrário, Derrida, em 1993, em *Espectros de Marx*, usou sua verve crítica contra um pesquisador da RAND: Francis Fukuyama. Derrida opôs ao triunfalismo pós-apocalíptico da guerra fria (que, seguindo, em especial, os intérpretes pró-Reagan, a proclamaram “vencida” pelos EUA, embora, felizmente, sem as “megadeaths” de Kahn), propondo, então, um messianismo sem messias como sendo a via a ser tateada para que, com a preservação seletiva do legado de Marx, se promova justiça em um mundo em que o economicismo baseado na matematização do indivíduo egoísta e no comportamento desses indivíduos na economia (“behavioral economics”) tem contribuído, no juízo de muitos, mais para ampliar as desigualdades do que para promover o bem-estar. Sua resposta, portanto, foi: De volta a Marx; ou antes: De volta ao espectro de Marx. Ou ainda: De volta ao espectro da messianidade do literário em Marx (ou seja, de volta a um messianismo expurgado de um conteúdo doutrinário, o que seria um pensamento que não seria ordenado segundo uma teleologia dogmática, mas aberto ao incalculável). A volta de um marxismo menos ocupado com Adam Smith, e mais com Shakespeare, pondo a literatura para reabrir o incalculável⁴¹. É a literatura que Derrida, aliás, desde os anos 1950, está defendendo. Para ser breve, buscando esclarecer, mais uma vez ao menos em parte, o que Derrida entendia como literatura, vou citar dois trechos de um livro de Daniel Just referente à literatura francesa frente ao engajamento político (sobretudo no contexto da Guerra da Argélia), embora Derrida, em sua extensa obra, dentre os escritores mencionados, só tenha comentado mais longamente Maurice Blanchot⁴²:

O que Barthes, Blanchot, Camus e Duras consideravam questionável a respeito do argumento de Sartre em favor da ação política incondicional e contra a literatura era a avaliação pragmática e a comparação funcional entre literatura e política. De fato, em períodos com problemas urgentes a literatura interrompe a si própria em favor da ação. Mas essa interrupção não pode ser considerada como uma obrigação da literatura. Embora haja momentos na história que são mais difíceis que outros, e que é quando a literatura cede espaço para a ação,

⁴¹ A questão do cálculo enquanto cálculo científico-tecnológico, que contribuiria para a alienação – uma preocupação presente desde Marx, Simmel, Husserl e Heidegger, até Derrida em seu último seminário – deixarei para discutir em um próximo ensaio.

⁴² Assim como no presente ensaio, nas passagens citadas abaixo, literatura e crítica literária, não necessariamente são consideradas enquanto separadas: o que está em questão, ousando ser excessivamente sucinto, é o quanto e como a literatura e a arte se esquivam do colaboracionismo ou contestam, abrindo novas possibilidades.

não há nunca um período de absoluta tranquilidade e despreocupação para com a ação, quando tudo está resolvido e quando é possível se dedicar à literatura. Já que sempre há a necessidade para a transformação social, e, portanto, para a ação e não para a literatura, a avaliação funcionalista das duas é baseada na falsa premissa de que literatura e ação política buscam os mesmos fins recorrendo aos mesmos meios.⁴³

Em outras palavras, que talvez expressem melhor a posição da literatura frente à demanda de ação política:

A convicção principal das contribuições de Barthes, Blanchot, Camus e Duras para a questão do comprometimento literário é que a verdadeira mudança, o objetivo de todo o engajamento, não pode se basear somente na política. Certamente, o engajamento político é necessário, mas, enquanto se o sustenta, uma mudança mais fundamental, talvez menos evidente, tenha de acontecer, porque, sem ela, toda a política cairá em terreno infértil, levando ao retorno da autocracia, da censura e do cerceamento do diálogo e das criativas demandas por novas liberdades.⁴⁴

No caso, na época, e mais especificamente no período das guerras coloniais pós-Segunda Guerra empreendidas pela França, o que, para aqueles agindo pautados pela grande política centralizadora e disciplinar, esses autores praticariam uma literatura desengajada, alienada dos desafios da sempre urgente ação política (que defendia e defende a militância dogmática, repressiva, belicosa e, muitas vezes, revolucionária pró-ditadura proletária), enfim, a literatura como a de Blanchot e a dos demais seria escapista, esquivando-se não só dos eventos históricos imediatos, mas de submeter-se aos rumos progressistas – tortuosos, mas inexoráveis – da história, cultivando uma narrativa de menos impacto, sem verdades claras e palpáveis, simplesmente pecaminosa em sua irreconhecível contribuição para a sempre premente consolidação da ordem social, seja da ordem política conservadora, seja da transformação revolucionária, sendo incapaz de perceber que, nesses escritos, a transformação dos esquemas narrativos efetivos para a mobilização – parodiando-os, omitindo-os, desorganizando-os ou mesmo contestando-os – compunha, para cada escritor ou escritora a seu modo, uma estratégia maior, com seus inevitáveis riscos, para se contrapor ao, aparentemente infundável, ímpeto colonialista francês e à soberba postura de dono da verdade (e da história) do

⁴³ Daniel Just. *Literature, Ethics, and Decolonization in Postwar France. The Politics of Disengagement*. Cambridge: Cambridge U. P., 2015, p. 21.

⁴⁴ Just. loc. cit., p. 22.

politicamente autoritário PCF (com seu reconhecido e memorável prestígio de corajosos combatentes pela Resistência, sobretudo após Hitler romper o Pacto Molotov-Ribbentrop invadindo a União Soviética, e Stalin passar a estimular oposição ao nazismo). A literatura é o que não se deixa engajar totalmente ainda que pelas causas mais nobres, nem sempre dispendendo esforços visando a que cheguemos a um mundo melhor, inclusive porque o que seria o melhor – salvo a extrema urgência mencionada – tem de ser sempre recriado; por isso, o literário traz consigo uma certa inércia, ainda quando convocado à militância por vozes as mais estridentes, restando desengajado, como que desocupado, sem mostrar um resultado objetivo ou uma obra (a palavra, então muito usada, era *désœuvrement*). Nesse sentido, a literatura é a ausência de obra.

A literatura, portanto, se daria no espaço jurídico ao qual Derrida se referiu como surgindo entre os séculos XVII e XIX, embora ela tire um proveito dele diferente do da política partidária ou de outras formas de ação política destinadas a atender às demandas sociais, quase sempre vistas como prementes. No entanto, se, no momento inicial de estabelecimento do espaço jurídico assegurando a liberdade política, também surgiram leis cerceando a esfera pública com diversas formas de censura, usualmente diretas, como proibição de publicação, recolhimento de obras e punição de escritores e editores, no período pós-Segunda Guerra, com a mudança para o modelo do Dilema do prisioneiro ou, segundo Deleuze, para a sociedade de controle⁴⁵, sem que o modelo repressor e disciplinar tenha sido totalmente desativado, podemos pensar que novas formas de censura surgiram e como agimos frente a elas ou, melhor dizendo, como agimos ao colaborarmos ativamente com elas, ou seja, temos de nos perguntar como a literatura pode renovar seu espaço de atuação ou recriar sua voz própria, inapropriada pela censura (ou pelo controle)⁴⁶. Digamos que, no início da modernidade, foi a forma panóptica de censura que funcionou mais ativamente: também foi a censura que, durante a guerra fria, nos regimes autoritários ocidentais ou soviéticos, por vezes associada à tortura, ao

⁴⁵ Giles Deleuze. Post-scriptum para uma sociedade de controle. In: G. Deleuze. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992, p. 219-226.

⁴⁶ O dispositivo dos pareceres das revistas acadêmicas pode ser entendido como um jogo similar ao Prisoner's dilemma em que pares (de certo modo, prisioneiros do dispositivo) têm de calcular o que, como e em qual momento devem denunciar outros pares. Bons artigos, cujos autores souberam lidar com as denúncias, as antecipando ou as negociando, levam a que esses autores se tornem pareceristas que, se, por sua vez, denunciam oportunamente, se tornam pareceristas de revistas mais prestigiosas ou editores. De fato, em um dispositivo que consistente e comedidamente estimula sua renovação e, até mesmo, sua reestruturação nem sempre se pode diferenciar entre o que seja contestar e o que seja colaborar. Pode se tornar indecível o que seja colaboração e o que seja contestação. Como, nesse contexto, aparentemente sem hors-texte, diferenciar entre a crítica colaboracionista e a cáustica?

assassinato e ao exílio, assolava a política e a cultura. Censura que, apesar de tanta resistência, ainda segue ativa em diversos países e instâncias. No entanto, agora, no capitalismo avançado e informatizado, há diversos dispositivos que nem tanto buscam cercear o que se fala ou se pensa, mas incitar. Teríamos, portanto, por um lado, uma literatura esquivando-se da censura opressiva, desengajando-se da chamada à ordem revolucionária ou conservadora disciplinares e, por outro, a literatura e a crítica literária desengajando-se – mas como? e até que ponto? – dos algoritmos incentivadores da cientometria derivada do Price's model e dos cálculos mercadológicos das grandes editoras e das megalivrarias (como a Amazon sugerindo, com margem de acerto razoável, os livros que também gostaríamos de comprar).

De fato, Foucault, na *História da Sexualidade I*, se referindo à sexualidade, questiona a hipótese repressiva⁴⁷, abrindo caminho para uma análise que, sob o nome de New Censorship Theory, levou a uma revisão da história da censura. Desde o início da Era Moderna, a censura foi considerada principalmente em seu aspecto negativo, de proibição e punição, ainda que pudesse ter tido efeitos indiretos de instigação, como, por exemplo, o estímulo ao uso da ironia e de outros recursos criativos para contorná-la (Pierre Bayle é, nesse período, um supremo exemplo de ironista). Em geral, a historiografia da censura deu mais atenção aos textos políticos e à produção e divulgação material deles, bem como à penalização e perseguição dos autores. Assim, o que é chamado de concepção liberal da censura a considerou basicamente como “externa, coercitiva e repressiva”.⁴⁸ Marx e marxistas como Gramsci e Althusser vão sofisticar essa análise, pondo em debate as diversas formas de interiorização e reprodução ideológica que resultariam de dispositivos como os Aparelhos Repressivos de Estado e os Aparelhos Ideológicos de Estado. A concepção liberal de censura também não levaria em conta a censura realizada pelo mercado, seja por seu funcionamento seja por ações defendendo a credibilidade de marcas registradas. Embora a repressão não tenha sido posta totalmente de lado nas democracias do capitalismo avançado, a maioria de formas de censura – e aqui talvez a palavra fique por demais esgarçada em seu sentido podendo ser substituída, como em Deleuze, por “controle” – seria constituída por dispositivos pouco centralizados e mais promotores que punitivos.

⁴⁷ Michel Foucault. *História da Sexualidade I*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977, p. 15 e ss.

⁴⁸ Matthew Bunn. Reimagining repression: New Censorship Theory and after. *History and Theory* 54, February 2015, p. 29.

Em última instância, a New Censorship Theory contesta o “senso comum” da visão do liberalismo enquanto externo, coercitivo e repressivo, não invertendo totalmente essa visão de censura, mas pondo essas estruturas como apenas um subconjunto restrito de um fenômeno mais amplo. Em sua maioria, a censura, segundo a New Censorship Theory argumenta, acontece *no interior* das redes de comunicação, na forma de linguagens especializadas, convenções sobre os gêneros e estratégias de eufemismização. “Censura” conota não somente repressão pelo Estado, uma forma decididamente secundária de controle do pensamento, mas também uma ampla categoria de instituições, práticas e atores sociais, com muita frequência contando com o consentimento e a participação dos atores.⁴⁹

O interessante é que, se a concepção liberal, por um lado, enfatizou sempre a repressão, por outro, pouco teorizou sobre o que seria a liberdade, tal como se a ausência de repressão já fosse deixar que ela, seja lá o que fosse, surgisse. A New Censorship Theory, porém, considera que não se possa chegar, apenas pela inexistência de repressão, a algo como a liberdade de expressão. Segundo a New Censorship Theory, portanto, os guardiães não são somente repressores, mas devem ser, numa sociedade de controle, principalmente incitadores. Sem os guardiães das publicações acadêmicas (p. ex., do Portal Capes), não necessariamente se poderia dizer que aqueles e aquelas que escrevem seriam mais livres: talvez simplesmente ficassem sem escrever, depressivos. Os guardiães são nesse, e em outros casos, mais *coachers* que guardas. Assim, uma interpretação possível do conto de Kafka seria a de que o guardião estivesse ali para que, no que o camponês, ou antes, o homem do campo (“*der Mann vom Lande*”)⁵⁰, viesse a tomar a iniciativa, se transformasse, ou se revelasse, como sendo um provocador, esse guardião, enfim, para pôr esse homem do campo – esse homem que até havia pouco tinha seu lugar trabalhando na terra e produzindo bens materiais fundamentais – em um caminho de sucessivas incitações (que o individualizaria, porque, afinal, aquele portão é, como que costumizado, somente para ele) até que ele também se tornasse um guardião, e, até mesmo, um guardião mais poderoso do que esse primeiro ao qual ele, voluntariamente, se submeteu: a mudança, que seria uma mudança epocal, teria de vir de dentro do camponês e não de um gesto autoritário vindo de fora (por isso, também o suborno não funciona: a compra de cargos, uma via de enriquecimento comum, por exemplo, no

⁴⁹ Bunn. loc. cit., p. 39.

⁵⁰ Esse seria o homem que aceita tacitamente a ficção de viver em um mundo tradicional e hierárquico, no qual supõe ter seu lugar, um lugar autorizado para ele, sem poder desengajar-se da hierarquia ou reinventar sua atitude frente aos que ele supõe sejam seus superiores.

reinado de Luís XIV, é, ainda que possa seguir existindo, contraprodutiva na sociedade de controle, com uma burocracia treinada e que se avalia e se controla). Kafka estaria mostrando o limiar entre o poder disciplinar e a sociedade de controle, entre uma literatura seguindo regras (como, de certo modo, se pode dizer era a de Max Brod) e a sua. Seja como for, o conto questiona a própria criatividade, no caso, a criatividade literária: quem a autoriza? O censor autoriza ou há quem se autorize? Enfim: como ser criativo em uma sociedade de controle, indo além da incitação do controle? Como escrever criticamente sobre um autor como Derrida, com uma *entourage* de guardiães, sem se tornar mais um deles? De fato, minha questão não se refere especificamente a esta ou àquela publicação. Sem passar pelos guardiães, uma publicação acadêmica não existiria enquanto tal. Minha questão é a de que o sistema de guardiães, que sempre pode ter sua face disciplinar revigorada ou sua face incitadora estreitada, não é quase nunca questionado em relação a seus efeitos sobre a crítica e a literatura, levando a que, disciplinada e inquestionadamente, tantos engajem a escrita na azáfama instigada pelos jogos avaliativos derivados do Price's model. Ou seja, como se dá a crítica literária – e a literatura – na época da incitação algorítmica? Como se pôr fora de um jogo – que não é um jogo fechado – que provoca não somente lances dentro de regras pré-estabelecidas, mas também dá espaço para apostas maiores que mudem, em parte, as regras do jogo? Como se pôr fora de um jogo que permite e premia a inovação e que, quando o agente/paciente falha em apresentar a dose requerida ou aceitável de inovação, pode ter de retornar alguns quadrados no tabuleiro?

No entanto, essas perguntas pressupõem que estamos mesmo sufocantemente enredados nos tentáculos fustigantes da sociedade de controle. Só que essas explicações abrangentes e distópicas, ainda que possam, em grande medida, expor limites tanto de como conduzimos nossas vidas e de como praticamos a crítica e a escrita literária, são elas próprias limitantes. Segundo Bernauer, críticos de Foucault o acusaram de não somente indicar como somos sujeitos à disciplina, mas também de celebrar o que criticava, porque ele produzia em seus leitores o sentimento de aprisionamento, sem deixar para eles qualquer perspectiva de liberdade individual ou, sem apresentar propostas positivas, qualquer esperança para que mudanças significativas na esfera política ou cultural fossem alcançadas⁵¹. De fato, o pensamento francês dos anos 1960 e 1970

⁵¹ “Many of Foucault’s critics accused him not only of identifying confinements but of celebrating them, of producing such a feeling of entrapment about the ways we act and think that his readers were left with

(chegando até os cursos de Foucault no início dos anos 1980) cultivou em seus leitores essa sensação quase mística de estar desvelando verdades, de estar, após o exercício de profunda e heroica suspeição, vivenciando uma certeza nova, o que, embora sem uma agenda prática (e até recusando qualquer agenda), seria o primeiro passo para, enfim, criar a verdadeira liberdade. É como que culminando esse élan transformador – ou como canto do cisne – que Foucault dedica seu último curso, em 1984, à coragem de verdade, que, de certo modo, é uma longa reflexão – com passagens aparentemente improvisadas, tal como um jazz filosófico – sobre esse momento extático que seria o de ousada e transformativamente dizer a verdade. O arrebatamento provocado pelo pensamento ia junto com a proposta de que as mudanças político-econômicas sustentadas pelos partidos de esquerda seria insuficiente, sendo necessário recorrer a práticas de mudança dos sentimentos e da sexualidade. Michel de Certeau comentou quanto intensa era a experiência de assistir os seminários de Lacan e sua curiosa semelhança com a experiência místico-ascética,⁵² que, podemos acrescentar, nos permitindo recorrer a uma linguagem que não é lacaniana, acompanhava uma transformação psico-afetiva. Para além da França, a mesma mudança psico-afetiva também foi tentada em outros lugares por grupos de esquerda contrários à política impositiva dos partidos tradicionais da esquerda:

De certo modo, a “cena” da esquerda radical [na Alemanha Ocidental] – com seus numerosos grupos de terapia e conscientização – criou o que pode ser chamado de comunidade terapêutica, na qual falar sobre “personalidades danificadas” ajudava a dar forma tanto ao problema quanto à solução potencial. Nesse sentido, os esquerdistas radicais podem ser considerados parte de um amplo “boom terapêutico” que incluía grupos de autoajuda, assim como uma cena New Age, que, por vezes, se sobrepunha ao meio alternativo da esquerda. Esse boom terapêutico tem sido, de modo bastante produtivo, interpretado no contexto de novas formas de subjetivação centradas nas emoções e no corpo.⁵³

no scope for personal freedom and no hope for significant political or cultural change”. James Bernauer. Michel Foucault’s ecstatic thinking. J. Bernauer; D. Rasmussen. *The Final Foucault*. Cambridge, MS: The MIT Press, 1987, pp. 45-46.

⁵² “In Lacan’s circle, the “monk” (*monos*) and the ascetic of the speech which he upholds (with humor, even with ferocious irony found in monastic speech patterns), the founder of a “congregation” in a desert labeled as “worldly”, all gather together the practitioners of a desire whose truth can liberate those alienated from their identity. Even the militancy of spiritual warriors of other times (at war with which demons?) and even their rebellious freedom from public authorities are indices of the Freudian School of Paris.” M. Certeau. *Heterologies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000, p. 59-60.

⁵³ J. C. Hälberlen; J. P. Smith (2014). Struggling for Feelings: The Politics of Emotions in the Radical New Left in West Germany, c.1968–84. *Contemporary European History*, 23, p. 601-619 doi: 10.1017/S0960777314000344

A desconfiança do autoritarismo de partidos da esquerda parlamentar, que apregoavam a priorização da estatização dos meios de produção e concomitantes programas econômicos, desconsiderando a questão dos afetos, nunca deixou de lado totalmente a força transformadora do messianismo entusiástico próprio ao marxismo; messianismo que, depurado em messianidade (em um messianismo sem seus dogmas histórico-deterministas), Derrida vai retomar, sem provocar o mesmo frisson ocasionado por *Vigiar e Punir* ou *História da Sexualidade I*, em *Espectros de Marx*. A messianidade, ou o messiânico sem o messianismo doutrinário, seria se manter aberto ao que está por vir, sem estar pré-determinado, aceitando uma margem incalculável, ou seja, que escapa aos cálculos do poder (ou que, em terminologia foucaultiana, escapa às incitações do biopoder).

Mas não se trata aqui somente da questão do engajamento político entusiasmado, mas também de como lidar com a questão da responsabilidade. Por isso, é interessante lembrar Tony Judt, em *Past imperfect*⁵⁴, de 1992, (e em *The burden of responsibility*, de 1998)⁵⁵, que, quando se propõe a apresentar a história do pensamento francês no pós-2ª guerra, ele aborda, com ênfase especial, a questão da responsabilidade. Sobre Judt, Ethan Kleinberg comenta:

Assim, Judt nos apresenta o diagnóstico de que esses intelectuais [no pós-Segunda Guerra] tinham uma responsabilidade particularmente pesada, mas falharam miseravelmente ao fazer escolhas morais práticas. Colocados frente ao argumento oferecido em *The burden of responsibility*, que elogia as escolhas de Blum, Camus e Aron, fica evidente que havia outras escolhas e que se poderia ter optado por elas, mas, no caso de Beauvoir, Sartre, Merleau-Ponty, Mounier e outros, essas escolhas não foram feitas.⁵⁶

Mas Judt se empenha em nem tanto tentar descrever qual o contexto e quais as circunstâncias históricas específicas que teriam levado esses intelectuais a fazerem as opções que fizeram (no caso, apesar de estarem informados das perseguições políticas, apoiaram os regimes comunistas do Leste Europeu ou se omitiram em condená-los com

⁵⁴ Tony Judt. *Past Imperfect: French Intellectuals, 1944-1956*. New York: New York University Press, 2011.

⁵⁵ Tony Judt. *The Burden of Responsibility: Blum, Camus, Aron, and the French Twentieth Century*. Chicago: Chicago University Press, 2007.

⁵⁶ Ethan Kleinberg. A Perfect Past: Tony Judt and the Historian's Burden of Responsibility. *French Historical Studies*. Vol. 35, n. 1, Winter 2012, p. 155. DOI 10.1215/00161071-1424965

clareza), mas mostrar o quanto estavam errados em persistir escrevendo e defendendo a política que, quando Judt publicou seu livro *Past imperfect*, estavam falidas e desacreditadas. Kleinberg conclui que, embora contendo uma pesquisa aprofundada da história intelectual francesa do período, o livro *Past imperfect* não se estrutura em função de uma tese de caráter histórico, mas segundo uma busca em julgar moralmente os intelectuais que não teriam, segundo Judt, se portado à altura de suas responsabilidades:

Em sua busca de uma condenação moral desses intelectuais, Judt prefere não ver um fator chave no desenvolvimento educacional e intelectual deles. Eles [esses intelectuais], de um modo diferente do de Judt em *Past imperfect*, levam a sério a filosofia deles. Até onde sei, a aversão de Judt em abordar a filosofia pondo-a a serviço da explicação histórica é uma omissão flagrante em *Past imperfect*, se visto como uma obra de história intelectual. Judt certamente poderia ter argumentado em seu livro que essas pessoas levavam a filosofia deles a sério demais e que isso fora, de fato, um erro de julgamento, mas esse não foi o caminho que ele escolheu, porque, para fazê-lo, ele teria de aceitar que há um modo de entender essas pessoas dentro do contexto no qual suas ações e escolhas, em certa medida, fariam sentido.⁵⁷

Kleinberg está certo em criticar Judt porque este, sem buscar com perseverança analisar historicamente a formação intelectual e social dos intelectuais franceses, julga-os moralmente por posições que defenderam, mas que Judt argumenta que, com as informações disponíveis na época, seriam tolas, sem reconhecer que esses intelectuais – ao contrário do próprio Judt – levavam a sério a filosofia deles. Há duas lições particularmente importantes que se pode tirar da crítica de Kleinberg a Judt. Uma é a de que o pensamento crítico (e, podemos acrescentar, a literatura) pode, legítima ou ilegitimamente, vir a ser cobrada quanto a consequências políticas e sociais para as quais supostamente contribuiu. E outra a de que nós agora, ainda que correndo riscos, devemos levar a sério o que pensamos, nossa própria filosofia, e também devemos estar atentos para não a levarmos a sério demais, ou por tempo demais, ou as extrapolando demais para outras áreas e problemas, porque, afinal, por mais clarividentes e astutos que nos consideremos, vivemos imersos em nosso tempo.

Se o imperialismo do pensamento econômico, como vem ocorrendo (aliás, vem ocorrendo há mais tempo do que esse breve período tão veementemente criticado por Judt), ao exportar e impor suas categorias e instrumentos matemáticos para as mais diversas áreas do saber e da administração, é, em muitos aspectos, danoso, o imperialismo

⁵⁷ Kleinberg, loc. cit, p. 156.

de um pensamento especulativo (mais especificamente, de formação curricular, educacional e cultural, francesa) que não checa seus limites, ou seja, que se expande enquanto um conjunto de argumentos e conceitos para serem aplicados por toda a parte, gerando propostas de condutas ou de políticas públicas amplas, também pode ser coprotagonista em processos perversos, enfraquecendo e enviesando discussões: os anseios libertários desenvolvidos em diversas versões do marxismo teriam sido uma *hybris* intelectual que, tal como a *hybris* neoliberal de Fukuyama, a que Derrida se contrapôs, devem ser evitadas.

Para finalizar, retornemos à questão do biopoder como atuando nem tanto repressivamente, mas sobretudo ao incitar a ação e, inclusive, a ação inovadora, buscando a autorregulação, nos deixando sempre em dúvida de quando agimos criativamente e nos desenredamos do dispositivo que nos incita e quando o fazemos retroalimentando-o. Em outras palavras, quando nosso lance é um ponto fora das previsões da Teoria do jogo ou, mais especificamente, do controle pelo Price's model?

De fato, nossa vida em sociedade se dá enquanto participantes de um complexo conjunto de jogos (muitos deles simultâneos): a vida em sociedade é uma sobreposição de jogatinas. Por vezes, o que está em jogo é que jogo priorizaremos. E, em outras ocasiões, o que está em jogo é que regras dos jogos serão mudadas, porque, afinal, não há uma superregra que determine que todas as regras de todos os jogos sejam coerentes ou sem lacunas. Podemos perder o jogo, e, dentre os inúmeros jogos sociais, há os que, quando perdemos, perdemos a própria vida. No entanto, em uma sociedade relativamente estável e em paz, os jogos cotidianos não costumam ter resultados tão drásticos. Atualmente, os jogos de discussão e de publicação nos quais estamos fazendo nossos lances, relances e sobrelances dificilmente nos custarão a vida; de fato, os guardiães acadêmicos não usam armas letais. Se o jogo acadêmico, ao nos incitar a escrever, nos restringe e controla, é possível duvidar que seja tão fechado sobre si mesmo quanto as questões lançadas logo acima podiam parecer pressupor. Os jogos acadêmicos publicacionais são cheios de regras, mas não necessariamente elas são inquestionavelmente rígidas e imutáveis: os guardiães não agem sempre como um coro bem afinado, ainda que possa haver a tendência de minimizar os desafinados. Em vez de replicarmos a paranoia do pós-modernismo literário (que é também uma ironia à paranoia de controle otimizada da modernidade avançada, bem exemplificada pela perseguição real a Edward Snowden, que expôs a magnitude da realidade paranoica persecutória do

NSA), nos deixando sentir que vivemos em uma sociedade em que guardiães conspiram a ponto de nos tornarmos, nós próprios, parte da conspiração que nos tolhe e aniquila (como em Philip Dick)⁵⁸, seria bom lembrarmos do mais sensato dos filósofos do século XX:

Será que aqui a analogia da linguagem com o jogo não nos será esclarecedora? Podemos muito bem imaginar que pessoas se divertem num campo jogando bola e de tal modo que comecem diferentes jogos existentes, não joguem muitos deles até o fim, atirem a bola entretimentos para o alto ao acaso, persigam-se mutuamente por brincadeira, atirando a bola etc. Então alguém diz: durante todo o tempo aquelas pessoas jogaram um jogo e se comportaram, a cada jogada, segundo determinadas regras.⁵⁹

A não ser, como acima mencionado, em caso de urgências de vida ou morte – o nazismo e o Holocausto sendo exemplos marcantes, assim como as tantas ditaduras da guerra fria –, devemos nos lembrar que acreditar que estamos totalmente enredados nas malhas do poder contribui para que fiquemos totalmente submissos ao que nos prende ou impele a sermos produtivos, além de incorrer no risco de estarmos acreditando demais na nossa filosofia, no caso, em uma filosofia paranoica do poder. Seja como for, um jogo que, desde o início, já determina que quem dele tome parte sempre perderá, deixa de ser um jogo, entrando em um processo de deslegitimação (a não ser que passe a jogar um outro jogo de legitimação). De certo modo, apesar de que – como já lembrado várias vezes acima – temos de estar sempre vigilantes para situações extremas em que toda a rebeldia pode ser massacrada, só haverá literatura numa sociedade minimamente funcional enquanto houver quem não se renda à ideia de que o jogo já está perdido desde o início⁶⁰, ou seja, já teremos perdido se cedermos à problemática e perigosa atitude de acreditarmos demais em análises teóricas aceitando um poder fechado sobre si mesmo.

⁵⁸ Por exemplo, ver os paroxismos de paranoia em: *A scanner darkly*, em que Bob Arctor é designado para espionar a si mesmo, de modo que há o policial Fred e o cidadão Arctor (que seriam a mesma pessoa), embora, depois de Arctor se tornar viciado na substância “D”, cujos traficantes ele, enquanto policial, estava perseguindo, ele acabe, porque a substância “D” desconecta os dois hemisférios de seu cérebro, a ser duas pessoas distintas: Actor (o cidadão que está sendo espionado) e Fred (o policial que espiona Arctor), ou em *Do androids dream of electric sheep?*, em que Rick Deckard, o perseguidor de androides, é levado para uma delegacia em que é submetido a testes para verificar se ele é um androide, sendo que é um androide que, passando por perseguidor de androides, se põe a realizar os testes.

⁵⁹ L. Wittgenstein. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Abril, 1979, n. 83, p.46.

⁶⁰ Há pseudo-jogos, jogos com dados chumbados que já determinam que a banca sempre vence, mas que seduzem participantes; no entanto, a farsa só durará enquanto for, ela própria, um jogo de enganar, iludindo participantes que acreditem estar entrando, e se divertindo, em um jogo. De toda a forma, um jogo com dados viciados não é um jogo de dados, só podendo ser considerado jogo se for entendido como jogo de enganar, enfim, se for visto como um outro jogo.

O problema, porém, é que, se o massacre físico dos mísseis atômicos e dos campos de extermínio são exemplos de situações extremas em que se deve até, se necessário, abandonar o *désœuvrement* literário, partindo-se para a ação de legítima e urgente defesa, o que se sabe é que, em geral, se chega a esses extremos gradualmente, de violência em violência – violências que, em uma fase inicial, podem ser “apenas” simbólica –, de modo que o estado de suspeição constante não é nunca totalmente injustificável, podendo-se desconfiar que, sim, guardiães acadêmicos, que, de fato, não usam armas letais, podem estar, de parecer em parecer, de avaliação em avaliação, provocando, em sua totalidade, o massacre de ideias e tendências críticas criativas.⁶¹ Se o Price’s model pode ser considerado um dispositivo não meramente censório, mas sobretudo incitatório da biopolítica, assumi-lo e praticá-lo implica uma responsabilidade que precisa ser mais tematizada e questionada, pois pode estar massacrando vozes críticas.

A questão, portanto, fica sendo a de pensar como, no atual período de novas formas de censura e controle, manter aberto, e estimular, o espaço para a literatura e a crítica literária, exatamente para que não cheguemos a extremos em que o *désœuvrement* precisará ser suspenso para preservar a si mesmo.

⁶¹ A conclusão deste ensaio remete ao tema da autoimunidade em Derrida, que deverá ser tratado em outro ensaio em que a questão da religião também será discutida. No entanto, a autoimunidade no campo acadêmico, se depende em muito da cientometria, também pode se dever à prática de promover autores e autoras a celebridades intelectuais, o que pode ir junto com um processo de recepção que, por exemplo, no Brasil, se realiza no que constitui um grupo de especialistas, ou seja, de scholars interessados e identificados, a princípio, com a obra de Derrida, o que não implica que esses scholars defenderão acriticamente as posições de Derrida, mas a institucionalização das pesquisas sobre Derrida os levará a defender, por princípio, que a obra de Derrida merece ser estudada, o que pode ser uma forma de autoimunização. Já escrevi tanto sobre Derrida enquanto celebridade intelectual quanto sobre sua legitimação pela recepção na universidade brasileira. Ver: A. R. Rios. *Celebridade Intelectual e Pensamento Crítico*. Rio de Janeiro: Booklink, 2005.